



ESTADO DO PARANÁ

# Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

Protocolo Nº 2024 07.312503

Data emissão: 31-07-24

Hora: 11:25

Responsável: *[assinatura]*  
Câmara M. Três Barras PR

PROJETO DE LEI Nº 2696/2024

DATA 29/07/2024

**Súmula:** Autoriza a constituição de Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental do município de Três Barras do Paraná/PR e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.

**Art. 1º.** Fica o Executivo Municipal autorizado a constituir o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA, de natureza contábil, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, e como finalidade o custeio de ações destinadas à universalização e aprimoramento dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com o Plano Municipal de Saneamento Básico e Ambiental, ou o Plano Regional de Saneamento Básico e Ambiental, com as normativas da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – Agepar, e cuja realização seja de competência do Município e não constitua obrigação contratual do prestador.

**Parágrafo único.** São finalidades específicas do FMSBA:

I – garantir contrapartida financeira à operações de crédito para financiamento de investimentos em infraestruturas e bens vinculados aos serviços municipais de saneamento básico, especialmente as celebradas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e com a Caixa Econômica Federal, ou outros agentes financeiros que operem com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

II – garantir contrapartida a contratos de repasse de recursos objeto de transferências voluntárias de entes da Federação ou de outras fontes não onerosas, destinados a investimentos em ações de saneamento básico no âmbito do município de Três Barras do Paraná – PR;

III – garantir pagamentos de amortizações, juros e outros encargos financeiros relativos às operações de crédito previstas no inciso I deste parágrafo;

IV – cobrir despesas extraordinárias decorrentes de investimentos emergenciais nos serviços de saneamento básico, aprovadas pelo órgão regulador dos serviços e pelo Conselho Gestor do FMSBA; e

V – financiar diretamente as ações de investimentos em infraestruturas e outros bens vinculados aos serviços de saneamento básico de titularidade do Município.

**Art. 2º.** O Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental (CMSBA), constituído por 08 (oito) membros titulares e 08 (oito) membros suplentes, assegurada a participação de representantes do governo





ESTADO DO PARANÁ

# Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

§ 3º O saldo financeiro do FMSBA, apurado ao final de cada exercício, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

§ 4º Constituem passivos do FMSBA, as obrigações de qualquer natureza que venha a assumir para a execução dos programas e ações dos serviços de saneamento básico previstos no Plano Municipal ou Regional de Saneamento Básico e Ambiental e no Plano Plurianual, observada a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 5º O orçamento do FMSBA integrará o orçamento do município de Três Barras do Paraná.

§ 6º A contabilidade do FMSBA será organizada de forma a permitir o pleno controle e a gestão da sua execução orçamentária.

§ 7º A ordenação das despesas previstas no Plano Orçamentário e de Aplicação do FMSBA caberá à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

**Art. 4º.** É vedada a utilização de recursos do FMSBA para:

I – o pagamento de despesas correntes ou cobertura de déficits orçamentários resultantes daquelas despesas, por quaisquer órgãos e entidades do Município;

II – a execução de obras e outras intervenções urbanas integradas ou que afetem ou interfiram nos sistemas de saneamento básico, em montante superior à participação proporcional dos serviços de saneamento básico nos respectivos investimentos.

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 29 de julho de 2024.

  
**GERSO FRANCISCO GUSSO**  
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

**Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná**

**CAPITAL DO FEIJÃO**

**JUSTIFICATIVA**

**PROJETO DE LEI Nº 2696/2024**

Visa o presente Projeto de Lei, buscar Autorização a constituição de Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental do município de Três Barras do Paraná/PR.


O Despacho da Agência Reguladora de Serviços Públicos e Delegados do Paraná, datado de 09/07/2024, na letra "a" sugere a criação do FMSBA, distinto do fundo preexistente, (documento anexado).

Este Projeto de Lei cria o sugerido, sem o qual impossibilita o repassa de recursos da Sanepar ao Município, pelos serviços prestados a esta.

Para possibilitar o recebimento dos valores atrasados e o pagamento normal, solicitamos que este Projeto de Lei seja analisado e votado no **regime de urgência urgentíssima**.

Diante do exposto, esperamos que este Projeto de Lei seja analisado e aprovado em sua totalidade.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 29 de julho de 2024.

  
**GERSO FRANCISCO GUSSO**  
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

**Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná**

**CAPITAL DO FEIJÃO**

Of.nº. 270/2024

Três Barras do Paraná, em 29 de julho de 2024.

Exma. Sr.

Antenor Carlos da Motta.

MD. Presidente da Câmara Municipal de Três Barras do Paraná

Senhor Presidente.

Tem o presente a finalidade de encaminhar para que seja analisado e votado, o Projeto de Lei nº 2696/2024, que autoriza a constituição de Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental do município de Três Barras do Paraná/PR.

Os objetivos e justificativas estão anexo ao presente Projeto de Lei.

Limitando ao exposto, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

  
**GERSO FRANCISCO GUSSO**  
Prefeito Municipal



**AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO PARANÁ**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**

---

**Protocolo:** 22.124.074-0  
**Assunto:** INFORMA A INTENÇÃO DO MUNICÍPIO EM ADEQUAR-SE A RESOLUÇÃO 10/2022 AGEPAR.  
**Interessado:** MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANÁ  
**Data:** 09/07/2024 08:25

---

**DESPACHO**

Prezado Sr. Prefeito,

O Município deverá complementar a documentação enviada, sobretudo as indicadas pela Coordenadoria de Normatização Regulatória - CNR, descritas no Despacho 58/2024, fl. 1349-1351, mov. 19, quais sejam:

a) considerando que os recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental, instituído pelo art. 15 da Lei n.º 2.667/2024, conforme se depreende da análise do art. 19, não estão vinculados exclusivamente ao custeio de ações destinadas à universalização e aprimoramento dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com o Plano Municipal de Saneamento Básico e Ambiental ou o Plano Regional de Saneamento Básico e Ambiental e cuja realização seja de competência do município e não constitua obrigação contratual do prestador, tendo em vista que o FMSBA deve ser concebido como fundo especial, na forma do art. 71 da Lei n.º 4.320/19641, **sugere-se a criação do FMSBA, distinto do fundo preexistente**, ou a alteração legislativa, com o objetivo de adequar a redação do art. 19 da Lei n.º 2.667/2024, para que observadas as finalidades previstas no art. 2º, I e art. 9º, § 1º, II da Resolução n.º 10/2022, com redação dada pela Resolução n.º 34/2023, de modo que as suas receitas estejam vinculadas ao custeio de ações destinadas à universalização e aprimoramento dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com o Plano Municipal de Saneamento Básico e Ambiental ou o Plano Regional de Saneamento Básico e Ambiental e cuja realização seja de competência do município e não constitua obrigação contratual do prestador;

b) **sugere-se a alteração do art. 2º da Lei n.º 2.667/2024**, a fim de que, dentre as atribuições do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental, sejam incluídas aquelas previstas no art. 2º, IV e art. 9º, § 1º, IV **da Resolução n.º 10/2022, com redação dada pela Resolução n.º 34/2023**, em atenção ao disposto no § 2º do art. 2º da referida Resolução, relativas às competências para a definição das diretrizes e mecanismos de acompanhamento, fiscalização e controle do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental (suscintamente, o órgão colegiado deve possuir competências relativas à governança do FMSBA, nomeadamente, a definição de diretrizes e mecanismos de acompanhamento,